



## ATA CSDP N.º 01 DA 01.ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA – ANO 2015.

No dia 23 de janeiro de 2015, às 09h30, na sala de reuniões, reuniu-se o egrégio Conselho Superior, registrando-se as presenças dos excelentíssimos senhores conselheiros natos: Christiane Neves Procópio Malar, defensora pública geral e presidente do CSDPMG; Wagner Geraldo Ramalho Lima, subdefensor público geral; Ricardo Sales Cordeiro, corregedor-geral; e conselheiros eleitos: Wener Trindade Mendonça; Jeanne Pereira Barbosa; Vinícius Lopes Martins; Neusa Guilhermina Lara; Fernando Campelo Martelleto, que esta subscreve na qualidade de secretário do Conselho Superior; e Giselle Muniz Mendes Alves. Presente ainda o defensor público Eduardo Cavaliere Pinheiro, presidente da Adep. Registro, ainda, a presença de diversos colegas defensores públicos que compareceram para prestigiar a sessão, notadamente em relação aos itens 3.1. e 3.3. da pauta.-----

Havendo *quorum* regimental, às 10h40, a presidente declarou abertos os trabalhos, com a leitura e aprovação da ata n.º 19, da 12.ª sessão ordinária de 2014, realizada no dia 05/12/2014.-----

Em seguida, a presidente propôs a inversão da pauta, deixando para tratar do item 2 da pauta - “Comunicações do Gabinete” -, depois dos procedimentos pautados, em consideração aos colegas presentes para acompanhamento da sessão, conforme acima registrado, o que foi deliberado por unanimidade dos conselheiros. -----

Dando prosseguimento aos trabalhos, chamou-se o item 3 – Procedimentos -, pelo item 3.1. **Deliberação sobre a avaliação e a permanência na carreira dos membros da Defensoria Pública integrantes da III Turma de empossados do VI Concurso**, conforme relação seguinte, por ordem de relatoria: - **conselheiro Wagner Ramalho**: ADAIL MARTINS; ADAILTON JOSÉ DE CARVALHO; ALEXANDRE PERIN DA PAZ; ANA FLÁVIA DE SOUSA; CAMILA PRADO MOREIRA PENNA; - **conselheiro Wener Trindade**: CLARISSA DA SILVA LIMA; DANIEL TEIXEIRA DANTAS; DANTE OTÁVIO SIMEÃO GONTIJO; EDUARDO JOSÉ DO CARMO; FREDERICO BORDON DE CASTRO; - **conselheira Jeanne Barbosa**: JONATHAS SOM MACHADO; JOSÉ LUIS GALDINO FILHO; JOSÉ VICTOR BRANDÃO DE FARIA; JULIANO DE OLIVEIRA SANTOS; LETÍCIA DE LIMA FREITAS; - **conselheira Neusa Lara**: LUIS ALBERTO MELO DE SOUZA; LUIS RENATO BRAGA AREAS PINHEIRO; MARCELA BRAGA DE CARVALHO; MARCELLA MORAES PEREIRA DAS NEVES; MARIANA BRAGA PEREIRA DE MOURA; - **conselheiro Vinícius Martins**: MAXNEI GONZAGA; MOACYR COSTA RABELLO; NILZA MARTINS PATARO MACHADO; PÉRICLES BATISTA DA SILVA; PRISCILA BRITO DE MELO; - **conselheiro Fernando Martelleto**: RAFAEL DE FREITAS CUNHA LINS; RAQUEL DE SOUZA PYRAMO NOVAES; RONALDO ARAÚJO E MOTTA; ROSENIL JOSÉ MOREIRA COUTO; THIAGO ALVES FIGUEIREDO; - **conselheira Giselle Muniz**: TÍFANIE AVELLAR CARVALHO; UDAYAM RAJAB BASSUL; VANESSA MENDONÇA CRUZ FERREIRA ALVES; YSLYG ABREU VELOSO. Pela ordem, o conselheiro Ricardo Sales teceu breves considerações acerca dos



aspectos do estágio probatório verificados pela Corregedoria-Geral, parabenizando a todos os “confirmandos” pelo empenho e comprometimento para o êxito do estágio. Ato seguinte, os conselheiros apresentaram os votos segundo a respectiva relação de nomes a seu encargo. Em seguida, à **unanimidade de votos, foram confirmados na carreira os defensores públicos integrantes da III Turma de empossados do VI Concurso, com posse e entrada em exercício em 27 de janeiro de 2012, ressalvada a implementação do tempo de 3 anos na carreira, que dar-se-á no próximo dia 27/01/2015.** A confirmação na carreira das defensoras **ANA LUISA TOLEDO ALVES; BRUNA HELENA NEVES OLIVEIRA RODAM; IZABELA DE REZENDE COUTINHO; e PATRÍCIA MESQUITA AMARAL** também relacionadas no rol de confirmações, será pautada na próxima sessão ordinária, de fevereiro, em data mais próxima da implementação dos 3 anos de exercício na carreira, que dar-se-á em 02/03/2015. -----

**Item 3.2. - Procedimento n.º 028/2014 – Redefinição de atribuições do Juizado Especial da comarca de Juiz de Fora – Relatora: Conselheira Giselle Alves. Apresentação do parecer elaborado pela Comissão Permanente (Del. 020/2014).** Pela ordem, a conselheira Neusa Lara pediu vista dos autos com fulcro no art. 20, § 4.º, do RICSDPMG, tendo em vista que é relatora de procedimento oriundo da comarca de Varginha, cujo objeto é a alteração das competências dos Juizados Especiais quanto às matérias relativas às questões fazendárias, por atingirem todo o Estado, o que abre importante precedente. Foi deliberada a vista, à unanimidade. -----

**Item 3.3. - Procedimento n.º 035/2014 e por dependência Procedimentos n.º 014/2014; n.º 009/2014; n.º 026/2014 – Proposta de deliberação que dispõe sobre a inamovibilidade dos defensores públicos não estáveis e sobre as readequações necessárias nas deliberações 011/2009 e 05/2014 – Proponente e relator: conselheiro Wagner Ramalho – Apresentação dos trabalhos da Comissão Permanente instituída pela Deliberação 020/2014 e discussão.** Inicialmente, a presidente do CS ressaltou que na sessão passada foi apresentada a proposta com a abertura da palavra para manifestação dos colegas presentes ao ato e agradeceu pelo empenho dos integrantes da Comissão Permanente para a pronta análise da matéria. Em seguida, passou a palavra ao conselheiro Wagner Ramalho, que fez a apresentação das razões adotadas para a elaboração do Parecer da Comissão Permanente e da minuta de deliberação proposta pela Comissão, *“ressaltando que ela é apenas uma primeira versão, uma vez que deverá passar pelo crivo dos conselheiros e da classe, num trabalho de construção conjunta. Afirmou que o trâmite deste procedimento está na fase inicial, conforme Deliberação n. 20/2014 e Regimento Interno do CSDP, e que, após a finalização dos trabalhos na Comissão Permanente e dos debates no pleno do CSDP, o relator e o revisor elaborarão seus votos, quando este último pedirá inclusão em pauta para deliberação. Informou que o advento do Processo Judicial eletrônico e da EC n. 80/2014 tornou necessária a abertura destas discussões de modo a dar uma resposta aos novos desafios, tendo sempre como preocupação a harmonização do interesse público primário com a atuação dos Defensores Públicos, dentro da razoabilidade e equidade. Enfatizou que o tema é complexo*



e a participação de todos é fundamental, solicitando, inclusive, que apresentassem também suas manifestações por escrito, de forma a permitir uma análise mais detalhada pela Comissão”. Em seguida, a conselheira Jeanne Barbosa fez a leitura do inteiro teor do Parecer, em anexo. Às 12h50 a conselheira Neusa Guilhermina solicitou, com fulcro no art. 25 do RICSDPMG, permissão para se ausentar da sessão, o que foi deferido pela presidente do CS. Abriu-se a palavra aos inscitos para manifestação, tendo se manifestado os seguintes defensores públicos: Luciana de C. Linhares Machado; Darle Gonçalves; Bruno Canola. Suspenderam-se os trabalhos para almoço, às 13h10. Retomados os trabalhos às 15h10, registrou-se o retorno da conselheira Neusa Lara à sessão e seguiram fazendo uso da palavra, pela ordem de inscrição, os defensores públicos: Cryzthiane Linhares; Conrado Araújo; Mariana Lima; Thiago Dutra; Marco Túlio Frutuoso; Ana Luísa Toledo e Igor Sampaio. A presidente conclamou os defensores a refletirem sobre as situações fáticas vivenciadas pela DP, em busca da melhor solução para essa demanda específica. Passou-se a palavra à defensora pública Marolinta Dutra, que substitui o defensor público Eduardo Cavalieri no período da tarde, oportunidade em que fez a leitura da manifestação sobre o tema publicado anteriormente no editorial “Palavra do Presidente”, fazendo menção ao Ofício n.º 01/2015, enviado a este e. CSDP, cuja juntada aos autos já foi despachada pelo conselheiro secretário. A presidente do CS encaminhou a proposta de criação de um e-mail específico para a Comissão Permanente do Conselho Superior, para o qual devam ser encaminhadas todas as manifestações e sugestões dos defensores públicos sobre o Procedimento em questão. Será disponibilizado o parecer apresentado pela Comissão Permanente nesta sessão, além dos principais documentos que integram os autos, na página inicial do CASA, para amplo conhecimento do tema pela classe, seguido da abertura de prazo para encaminhamento das propostas até o dia 06 de fevereiro. A comissão permanente reunir-se-á nos dias 19 e 20 de fevereiro, para compilar as manifestações e sugestões, devendo o e. CS se reunir no dia 02 de março de 2015, a partir das 09h30, em sessão ordinária, oportunidade em que será retomado o debate do assunto. Restou ainda deliberado que a Comissão Permanente disponibilizará o parecer consolidado das propostas para conhecimento prévio do seu inteiro teor, concomitantemente, aos demais conselheiros e aos defensores públicos, em data anterior à realização da sessão ordinária, conforme acima designada. -----

Concluída a análise dos procedimentos pautados, chamou-se o **item 2 da pauta - “Comunicações do Gabinete”** – oportunidade em que a presidente do CS fez os seguintes comunicados: “A presidente do Conselho Superior informou que em razão de ter sido promovido à patente de Coronel e designado para assumir a Diretoria de Meio Ambiente e Trânsito de Minas Gerais, o Cel Idzel Mafra Fagundes deixará a Assessoria Militar da DPMG, acrescentando que a partir de 28.01 o Oficial Superior da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais em atuação no Centro de Segurança Institucional da Defensoria Pública será o Ten Cel PM Clayson Mota. Cientificou, ainda, que em 21 de janeiro compareceu a Brasília para reuniões na Secretaria da Reforma do Judiciário, na Anadep e no Supremo Tribunal Federal. Na primeira



*delas, realizada com a finalidade de solicitar apoio da SRJ quanto à implementação da EC 80/2014, foi recebida pelo secretário Flávio Crocce, que reconheceu a importância da instalação de Defensoria Pública em todas as Comarcas, destacando que o fortalecimento da Instituição é um dos eixos de atuação da Secretaria. Além disso, o Secretário ainda se comprometeu em não medir esforços para o fortalecimento da Defensoria Pública mineira, assumindo o compromisso de manifestar referido apoio junto ao novo governo do estado e ao TJMG. Na reunião na ANADEP foram abordados temas ligados à atuação do CONDEGE, ANADEP, ANADEF E DPU no Congresso Nacional, especialmente quanto à necessidade de junção de esforços para a concretização dos debates relativos à criação do CNDP. Apontou, ainda, que foi recebida no STF pela ministra Carmen Lúcia, que solicitou o apoio da Defensoria Pública de Minas Gerais na Semana Nacional de Combate à Violência à Mulher, que acontecerá de 9 a 13 de março deste ano em todo o Brasil. Finalmente, noticiou que já solicitou agenda com o novo governador e secretários da Casa Civil e Planejamento e Gestão a fim de discutir questões institucionais em curso.” -----*

**No item 04 da pauta – Assuntos Gerais** – O conselheiro Fernando Martelleto trouxe ao conhecimento dos membros do CS o encaminhamento dos Memorandos n.ºs 461, 469 e 470/2014/DPMG/Corregedoria-Geral/Cartório, dando ciência a este órgão colegiado das correções ordinárias realizadas respectivamente nas 27ª Defensoria Pública Cível de Belo Horizonte; 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Defensorias Públicas de Urgências Criminais de Belo Horizonte; e 9ª Defensoria Pública Criminal de Belo Horizonte.-----

A presidente do CS, por proposição do conselheiro Ricardo Sales, propôs a edição de voto de agradecimento e de congratulações pela promoção do adido militar da Defensoria Pública, tenente-coronel Idyzel Fagundes, promovido ao cargo de coronel, por ato do excelentíssimo senhor governador do Estado de Minas Gerais, publicado no DOE de 21 de dezembro de 2014. **Aprovado à unanimidade o envio do voto ao agraciado, com cópia para o Comando Geral da PMMG e da Governadoria do Estado de MG.** -----

A conselheira Neusa Lara pediu a inclusão em pauta dos procedimentos n.ºs 028/2014, com pedido de vista, e 034/2014, em que é revisora. -----

Acerca da questão de ordem levantada pelo conselheiro Wener na última sessão ordinária de 2014, relativa à **necessidade de compatibilização entre o art. 20, caput, do RICSDPMG e art. 6º, § 1º, da Deliberação 020/2014, para que prevaleça o disposto no RI, nos procedimentos sujeitos à análise pela Comissão Permanente**, nesta oportunidade, “o conselheiro Wener informou que não apresentou ao Conselho Superior uma proposta de alteração do art. 6º, § 1º, da Deliberação 020/2014 para que o tema pudesse ser pautado e apreciado nesta sessão, pois se convenceu de não há tal necessidade, visto o conflito aparente de normas (art. 20 caput do RICSDPMG e art. 6º, § 1º, da Deliberação 020/2014) no tocante ao momento de distribuição dos procedimentos ao relator se resolve tanto pela especialidade da Deliberação 20/2014 sobre o RICSDPMG e pela superveniência da norma posterior que derogou a anterior”. -----



Nada mais havendo a tratar, foi encerrada esta sessão às 18h45, lavrando-se a presente ata, que, após lida e conferida, segue assinada pelos senhores conselheiros presentes ao ato. -----  
Belo Horizonte, 23 de janeiro de 2015.

*Christiane Neves Procópio Malard*

*Wagner Geraldo Ramalho Lima*

*Ricardo Sales Cordeiro*

*Wener Trindade Mendonça*

*Jeanne Pereira Barbosa*

*Neusa Guilhermina Lara*

*Vinícius Lopes Martins*

*Fernando Campelo Martelleto*

*Gisele Muniz Mendes Alves*

*Eduardo Cavalieri Pinheiro*